



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia 20/04/2016

V cidades

Prefeitura desiste de cobrar multa em faixas preferenciais

A Prefeitura de Aracaju suspendeu ontem a cobrança de multas relacionadas ao tráfego de veículos nas faixas preferenciais para o sistema de BRT. As autuações, que começariam no próximo dia 22, por determinação do prefeito João Alves Filho, não serão realizadas.

A medida serviria para coibir as infrações de condutores que insistam em trafegar dentro das faixas delimitadas com a cor azul (exclusivas para ônibus). Entretanto, a administração municipal entende que é uma mudança significativa para a adaptação dos condutores da cidade.

O superintendente municipal de Transportes e Trânsito, Nelson Felipe, ressalta que, além de algumas intervenções ainda estarem sendo feitas pela Prefeitura, a postura do aracajuano também refletiu na decisão.

"Assim como os condutores, nossas equipes também estão se adaptando, é uma mudança que está começando a transformar totalmente o trânsito na cidade rumo ao desenvolvimento. Teremos uma sinalização mais incisiva e mais tempo para campanhas educativas. Além disso, a educação e o respeito que nossos cidadãos têm tido com a faixa prioritária também nos

chamou atenção, estamos muito felizes, pois a população tem dado uma resposta positiva a essa mudança", afirma Nelson Felipe.

Por apresentar supostas irregularidades na implantação do Sistema de Transporte Bus Rapid Transport (BRT), na última sexta-feira, a Promotoria de Justiça de Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública, em conjunto com o GCLIA - Grupo de Combate à Improbidade Administrativa, decidiu instaurar um Inquérito Civil para investigar a Prefeitura de Aracaju no que se refere a todos os gastos e projetos destinados à mobilidade urbana promovida pela atual gestão da capital sergipana.

A promotora de justiça Mônica Hardman promoveu uma entrevista coletiva na sede do Ministério Público e esclareceu de onde, e como partiu a decisão em deflagrar o Inquérito Civil. Conforme destacado por Hardman, populares buscaram a ouvidoria do MPE a fim de denunciar os transtornos que estão sendo seriamente causados no trânsito da Capital em virtude da implantação de faixas exclusivas para ônibus, bem como outros contratempos, oriundos do Sistema de Transporte BRT. Parte das queixas partiram de categorias como taxistas, condutores

de transporte escolar, motociclistas e profissionais que trabalham com transporte de produtos. Entre eles: Correios e distribuidores de bebidas e alimentos.

Ontem (19), aconteceu, na sede do Ministério Público Estadual uma reunião para esclarecer pontos e entregar a documentação do sistema BRT que está sendo implantado pela Prefeitura de Aracaju. Na documentação está inserida, por parte da Emurb, as obras e os projetos arquitetônicos dos terminais, dos corredores, das estações, das vias, da parte de sinalização e muito mais. Além de estudos técnicos e ordens de serviço.

O diretor de Planejamento e Sistemas da SMTT, Francisco Navarro, explicou a complexidade do projeto e dos documentos apresentados. "Trouxemos todo o material que dispomos do projeto. Apresentamos, de forma impressa, a parte de fácil leitura para análise, em mídia trouxemos estudos mais densos que seria irresponsável mais de duas mil plantas criando um volume desnecessário. Não se implanta em apenas um mês, é preciso de tempo para completá-lo. O projeto é feito em cima da necessidade das pessoas se locomoverem", esclareceu.